



CENTRO DE ESTUDOS
AFRICANOS

O DESCONTÍNUO PROCESSO
DE DESENVOLVIMENTO
DEMOCRÁTICO
EM ANGOLA

José Gonçalves

CEA - Centro de Estudos Africanos
ISCTE - Instituto das Ciências do Trabalho e da Empresa,
Avenida das Forças Armadas, Edifício ISCTE, Sala 2N17
1649-026 Lisboa - Portugal
Tel: (+351) 21 790 30 67 | Fax: (+351) 21 795 53 61
URL: <http://cea.iscte.pt> | Email: cea@iscte.pt

10

O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola

José Gonçalves

OCCASIONAL PAPER SERIES NR. 10

José Gonçalves, nascido em Luanda em 1943. Economista, doutorado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Desenvolvimento Agrícola. Autor de "Angola a Fogo Intenso", Ed. Cotovia, 1992, Lisboa e "Socio-Economie des Grands Fleuves d'Afrique", Ed. Codesria, 2001, Dakar. Membro do C. Executivo do Codesria de 1994 a 2000. Pesquisador do Centro de Estudos da Educação e Desenvolvimento da Diocese de Ondjiva e Professor visitante da Universidade do Estado da Bahia.

Criado em 1981, o Centro de Estudos Africanos tem como objectivo promover, de forma consequentemente interdisciplinar, os estudos africanos em ciências sociais.

Sediado no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa, o CEA dispõe de personalidade jurídica própria e de autonomia institucional, concebendo-se como espaço aberto a todos os cientistas sociais em Portugal que se identificam com o objectivo atrás enunciado.

O CEA é, essencialmente, um centro de investigação. A diversidade das formações e dos interesses científicos dos seus actualmente mais de 120 sócios confere-lhe uma capacidade de investigação numa variedade de áreas temáticas ligadas à realidade contemporânea dos países e das sociedades africanas.

Com base na sua investigação, o CEA organiza frequentes debates científicos, sempre com uma forte componente internacional. As suas publicações incluem, para além da presente revista, uma série de cadernos monográficos (*working papers*). A sua cooperação com instituições científicas nos países africanos de língua oficial portuguesa visa o desenvolvimento das ciências sociais nestes países.

O trabalho do CEA deu origem à criação no ISCTE, em 1997, da Área de Estudos Africanos, unidade departamental encarregada de organizar cursos de licenciatura e de mestrado, bem como um programa doutoral, no domínio do desenvolvimento e dos estudos africanos. Entre esta Área e o CEA existem laços estreitos de colaboração.

ISBN nº 972-8335-11-3

CEA/ISCTE
Centro de Estudos Africanos
Ed. ISCTE, Av. Forças Armadas
1649-026 Lisboa Portugal
Tel:(+351) 21 7903067 Fax: (+351) 21 7955361 E-mail: cea@iscte.pt
Website: www.cea.iscte.pt

As opiniões expressas responsabilizam exclusivamente os respectivos autores.
Setembro 2004

1. Introdução
2. O proto-nacionalismo
3. A luta de libertação nacional
4. A transição para a Independência
5. A continuidade das armas
6. Sociedade civil e conclusões
7. Bibliografia

Uma versão inicial deste texto foi apresentado em 2003 a uma conferência organizada pelo CODESRIA, em Gaborone/Botswana.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho procura estabelecer um roteiro analítico sobre a evolução da reivindicação democrática em Angola, seu conteúdo e sua relação com os contextos sócio-económicos que têm caracterizado o país, desde a aparição da imprensa angolana na segunda metade do século XIX até ao começo do segundo semestre de 2003, quando se preparam novas eleições.

A metodologia seguida aqui inclui a consulta bibliográfica multidisciplinar, consulta de jornais, revistas e documentos políticos - publicados, não publicados ou de difusão modesta - entrevistas com intervenientes nos sucessivos processos políticos desde 1960 e a própria experiência do autor nesses mesmos processos, estabelecendo assim um quadro em que se mescla a pesquisa por fontes e a pesquisa participativa.

Neste sentido, as anotações, artigos ou relatórios, elaborados pelo autor deste texto durante os últimos anos, serão a base principal de trabalho, procurando-se aqui sistematizá-los pela primeira vez.

A relação entre política, economia e sociedade fará aparecer conceitos teóricos inseridos no debate mundial sobre a relação entre Democracia e Desenvolvimento, quer dizer, em que este binómio é reciprocamente instrumental - um é indispensável ao outro - e em que a sua interacção produz uma nova cultura político-económica.

Não há, neste plano nenhuma especificidade de tradições que contribua mais ou menos para a construção democrática. Elementos esparsos de democracia ou de pré-democracia sempre existiram em todas as sociedades humanas, mas nenhuma possuía tradições democráticas completas, quando cada uma delas iniciou o processo de reivindicação da democracia, conduzido sempre pelas respectivas intelectualidades.

“Ao longo do século XIX, o fato provavelmente mais interessante em matéria de democracia é que ninguém se manifestou em seu favor antes do fim do século” (Ryan, Alan in Darnton & Duhamel, tradução 2001). A expressão “ninguém” é obviamente exagerada considerando a existência de movimentos pela democracia, mas é correcta considerando apenas os círculos do poder no mundo de então.

“ ‘democracia’ era uma palavra envolta em opróbrio, inclusive nos Estados Unidos, até a década de 1830. Os americanos preferiam uma república a uma monarquia, mas os Pais da Pátria preferiam a república oligárquica dos romanos á república democrática dos atenienses. Os presidentes e senadores eram eleitos indirectamente, forma d eleição ainda em vigor, nas presidenciais de hoje. Os democratas declarados eram em sua maioria intelectuais e agitadores, sem influência na prática política” (ibidem”)

Também essa era a situação prevalecente em Angola desde meados de século XIX até, pelo menos, às eleições de 1992, aparecendo os protagonistas quase sempre dotados de estruturas informais - portanto precárias - ou mesmo simples somas de intervenções individuais, pelo que usaremos, conforme os casos, as expressões “ grupo informal” ou “franco atiradores”. Esta, foi usada na década em 70 por Gentil Viana, líder da “Revolta Activa” (RA), em conversas das quais participou o Autor.

Viana não aprofundou os motivos de seu recurso a tal designação, que pode ter sido inspirada de outras situações históricas, como os “*franc tireurs*” da resistência francesa, mas corresponde ao comportamento dos militantes da RA na fase em que sofreram repressão e se aplica com ainda mais precisão a iniciativas ou tomadas de posição, tanto anteriores como posteriores a 1974/75.

Importante esclarecer que não se trata de uma expressão que implique envolvimento armado - embora tenha havido entre alguns deles essa intenção - constituindo uma referência simbólica a determina atitude política.

Em vários momentos ao longo deste período, a reivindicação democrática surgiu com alguma intensidade e, nos nossos dias, é um tema central de onde emergem as opções de construção institucional do país e da respectiva base material.

Por essa razão é importante desde já referir alguns conceitos, a fim de reduzir a margem de confusões sobre aquilo de que falamos e, ao mesmo tempo, acentuar um aspecto fundamental de tudo o que se relaciona com os dois temas-chave desta comunicação: como ninguém se declara oposto á democracia e ao desenvolvimento, várias práticas antidemocráticas e de contra-desenvolvimento aparecem envoltas em justificações manipuladoras.

Apesar da palavra democracia ter uma origem grega bem precisa - governo do povo - a História, ao complexificar as relações humanas, se encarregou de exigir mais detalhes. Assim, um movimento histórico pode ter começado com largo apoio popular e participação diversificada, mas pode rapidamente ter descido para esquemas de concentração de poder e ausência de controle social sobre o mesmo. A origem histórica do poder não é, portanto, garantia suficiente de conteúdo democrático.

Por outro lado, o regime de alocação do trabalho e distribuição da riqueza incide directamente no exercício dos direitos garantidos pela democracia política, na medida em que cria desigualdades de poder e de oportunidades.

Daí que, no âmbito deste trabalho, consideraremos a reivindicação democrática como a busca de um quadro institucional, onde os centros de poder político sejam eleitos periodicamente com base nos grupos de opinião ou de interesses, existentes e organizados na sociedade, visando alargar a participação dos cidadãos, tanto no que respeita as grandes opções governativas como no acesso aos efeitos da expansão da riqueza.

Como se trata aqui de corrigir séculos de desigualdades, tal busca implica a aceitação de que se trata de um processo que requer tempo de execução e

reforço dos instrumentos necessários. É neste ponto que entra a questão do desenvolvimento, seus métodos e objectivos.

“A teoria do desenvolvimento trata de explicar, numa perspectiva macro-económica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do factor trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social (...) Não basta construir um modelo abstracto e elaborar a explicação do seu funcionamento. Igualmente importante é a verificação da eficácia explicativa desse modelo em confronto com uma realidade histórica”(Furtado, 2000)

A busca dessa eficácia explicativa tem promovido a aparição de novas abordagens, voltadas para a sustentabilidade dos modelos - sem o que não se pode falar de processo de desenvolvimento - e para o sentido que têm para o conjunto da sociedade, ou seja, o desenvolvimento humano.

Nesse sentido, “Um dos primeiros frutos do avanço da teoria do desenvolvimento económico está sendo a percepção mais lúcida da história económica. A significação dos factores não-económicos no funcionamento e na transformação dos sistemas económicos, bem como a importância da informação dos agentes responsáveis pelas decisões estratégicas, tornam-se cada vez mais evidentes “(ibidem)

Na realidade, a História revela uma luta constante pelo respeito aos direitos de escolha do Ser Humano e pelo alargamento das oportunidades e possibilidades das escolhas, uma luta que as ditaduras procuram contrariar impondo suas próprias escolhas, quer se trate de ditaduras visando o controle do poder político ou dos mercados.

“...o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante com um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as aspirações sociais e económicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações publicas).
(...)

“O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades económicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.
(...)

“Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover segurança económica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a

participação económica. Facilidades económicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras”(Sen, 2000).

O desenvolvimento democrático é a combinação desses elementos, particularmente importantes em fases de transição, tratando-se de uma expressão com a qual trabalhávamos já na década de 80, então em termos militantes, para estabelecer o perfil de uma corrente de opinião então emergente em Angola. Agora buscamos precisar um pouco mais essa expressão, em termos de ciências sociais, prestando atenção aos seus grandes indicadores.

Na medida em que as propostas de democracia em Angola sempre partiram de núcleos intelectuais preocupados com definição culturais e, também , porque os fenómenos culturais geram sempre percepções com algumas particularidades, sobretudo em momentos de crise, referiremos dois termos como suporte operativo.

A referência á “sociedade tradicional” remete ás formas de cultura existentes no período pré-colonial e que mantiveram suas expressões dominantes, não significando isso que tenham ficado imutáveis ou paradas no tempo, mas induzindo uma atitude que , durante séculos determinou o carácter regional das resistências ao colonialismo e que, mais recentemente, facilitou a criação das bases sociais de apoio dos grandes partidos políticos.

A referência á “crioulidade” decorre da aparição de um fenómeno de síntese entre valores africanos e europeus, com ou sem mestiçagem biológica, mas com bastante relacionamento multirracal e inter-étnico, produto de séculos de muito confronto e pouco dialogo. Segundo René Depestre, trata-se de uma subversão de valores e expressões que, nuns casos levou á a aparição de língua própria e não em outros.

A definição de um processo como democrático e de desenvolvimento, não quer dizer que se deva aguardar seu acabamento - o que aliás pode nem nunca ocorrer na medida em que o progresso humano é infinito. É a obtenção progressiva de resultados que fornece indicadores de desenvolvimento democrático, quer dizer de aumento das liberdades, oportunidades e capacidades.

As temáticas relacionadas de sustentabilidade e irreversibilidade da fase transitória e de sua duração, dependem de factores específicos, por vezes de cada país ou, mais frequente ainda, por grupos de estágios de desenvolvimento. Assim, abordaremos este ponto nas condições angolanas. Parte dos elementos de análise autorizam conclusões, outra parte apenas aponta pistas para prosseguimento da pesquisa.

Sublinhamos que este texto está redigido conforme os termos fundamentais do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, assinado por todos os Estados que a usam oficialmente (embora aguarde algumas ratificações) e que unifica a sua

ortografia, salvo nas citações onde respeitaremos a ortografia dos respectivos autores ou suas traduções.

2. O PROTO NACIONALISMO

A configuração geográfica e histórica de Angola, tal como existe hoje, teve início em 1575, com a fundação da cidade de Luanda, embora os portugueses tivessem chegado à foz do rio Congo em 1486. Esta chegada inseria-se no programa de explorações marítimas para atingir o Cabo da Boa Esperança e abrir uma rota marítima comercial para a Índia, enquanto que a fundação de Luanda revela intenção de estabelecimento, visando o controle dos recursos materiais e humanos.

De facto, após as primeiras informações sobre a existência de prata se terem revelado falsas, os fundadores de Luanda orientaram seu investimento e estrutura para a captura de escravos, destinados sobretudo ao Brasil, num longo processo que faria de Angola um dos formadores do Brasil como nação (Alencastro, 2000) e que marcaria o perfil angolano por séculos.

Além de algumas cidades costeiras, sede da administração colonial e das empresas do tráfico, surgiram entidades populacionais designadas por “feiras” e “presídios” (Ferreira, 1960) onde se desenrolavam as operações de troca, nuns casos em bases formais e informais em outros.

Formalidade e informalidade constituem um dado permanente, ao longo de toda a História de Angola .

A ligação escravista com o Brasil foi de tal intensidade que, quando a Holanda ocupou o norte e nordeste brasileiros, (finais do século XVI e começo do XVII) a economia açucareira dessas regiões conduziu os holandeses a ocuparem também o litoral angolano . A recuperação do território brasileiro pelos portugueses, por sua vez, permitiu a estes recuperar também Angola, em 1648, através de uma operação montada no Rio de Janeiro.

A posse de Angola constituiu, nessa data, um elemento geopolítico de importância á escala mundial, porque incidiu nas relações entre Estados europeus no momento em que a Europa realizava sua primeira conferência de segurança, na Westfalia.

No século XIX, partes do território angolano voltariam a ser motivo de disputa armada entre potências coloniais - neste caso entre Portugal e a Alemanha, com forte interferência do Império Britânico - o que cria uma certa tradição angolana nos confrontos mundiais das épocas sucessivas e que viria a se repetir como palco de um dos últimos choques da guerra fria no século XX.

As características dos centros coloniais (fossem cidades, feiras ou presídios) e suas funções no Atlântico Sul, estabeleceram um relacionamento interno que, antes de dar lugar ao expansionismo colonial do século XIX, criou um relacionamento de confronto entre esses centros e as chamadas sociedades tradicionais ou comunidades ou até Estados pré-coloniais, num contexto internacional em que as constantes redefinições de poder e de métodos incidiam nas sucessivas conjunturas angolanas.

Assim, dois dados maiores intervêm na estratificação social e instituições de Angola colonial, com fortes repercussões nas reivindicações políticas e económicas internas.

As contradições de interesses não aparecem apenas entre a sociedade colonial e as sociedades tradicionais, mas também dentro de cada uma delas, gerando um intenso jogo de alianças que, primeiro, viabilizou a escravatura e, em seguida, comandou a evolução até à Independência.

Por outro lado, a economia de Angola sempre foi determinada por condições do mercado mundial, com quase ausência de factores determinantes internos, para além das condições naturais. Sucessivamente, tivemos: escravatura, café e diamantes exportados em bruto e, desde a década de 60 do século XX até hoje, o petróleo em bruto também.

O surgimento de uma camada sociocultural, cujas características próximas da criouldade caboverdiana ou sul-americana, incita alguns autores a falar de criouldade angolana, é inicialmente produto de níveis modestos de mestiçagem biológica e, mais tarde, de níveis mais acentuados de mestiçagem cultural, que se produziu nas cidades, feiras e presídios.

Este fenómeno acabou por desembocar em interesses próprios que se manifestaram contra o regime de atraso imposto pela metrópole. Com efeito, as primeiras reivindicações desta camada sociocultural justificam-se a si próprias sob o argumento de que a metrópole não se interessa pelo desenvolvimento local, iniciando dessa forma o chamado período de proto-nacionalismo.

Sendo Angola uma colónia para onde o poder de Lisboa enviava regularmente deportados políticos, fossem portugueses ou brasileiros, essa presença contribuiu para a circulação de ideias, que as disputas internacionais em torno de Angola também suscitavam.

As pressões britânicas para abolição do tráfico, a Independência do Brasil e as notícias sobre os avanços dos partidos republicanos na Europa, abriram caminho a reflexões locais sobre os princípios que estavam por detrás de cada um desses momentos que, durante todo o século XIX, coincidiam com a expansão colonial militar e conseqüente absorção de territórios até então formalmente fora da esfera colonial.

O surgimento de uma intelectualidade crioula - quase sempre autodidacta - promoveu a construção de meios de expressão próprios e, em certos casos, levou á busca de conhecimento da realidade social do território colonial na sua totalidade.

Em 1864, o brasileiro Saturnino de Sousa e o angolano Castro Francina, fizeram as primeiras recolhas de literatura oral do interior de Angola e as publicaram (Ervedosa, 1980) . No final da segunda guerra mundial, um grupo de intelectuais luandenses - entre os quais fundadores mais tarde do MPLA - publica a revista “Mensagem” sob o lema de “vamos descobrir Angola”.

Entre essas duas datas há toda uma caminhada - muito heterogénea - de definições identitárias, de afirmação de princípios e de construção de espaços próprios, sempre marcada pela vontade de valorização material do país e de dotá-lo das instituições adequadas, segundo os princípios de cada grupo de interesses ou de opinião.

A análise deste período tem na imprensa angolana, do século XIX e primeiras décadas do XX, a sua fonte principal e recentemente Sebastião Coelho e Marcelo Bittencourt (de novo um angolano e um brasileiro) produziram, nessa base, trabalhos importantes.

O primeiro jornal que se editou em Angola nasceu em 1845. Trata-se do “Boletim do Governo Geral da Província de Angola” que, além dos documentos de governo, publicava alguns textos de grupos de empresários, religiosos ou anúncios de sociedade. Duas décadas depois, um grupo de colonos publica um semanário próprio e em 1881 surge o primeiro número de “O Echo de Angola” que, “fundado por Arantes Braga, teria sido o primeiro jornal inteiramente dirigido e redigido por angolanos” (Coelho, 1999), iniciando uma tradição de presença da intelectualidade na mídia que permanece até hoje.

Os objectivos desse primeiro jornal são sintetizados numa passagem de seu primeiro editorial : “a sua única política é advogar a causa, zelar os interesses desta infeliz província que tão descurados, tão esquecidos têm sido da metrópole”. (ibidem)

A aparição de “O Futuro de Angola” em 1882 é um passo de radicalização com textos fortemente anti-racistas e uma clara influência das ideias republicanas europeias. Nomes importantes da fase proto-nacionalista aparecem nas suas colunas, como José Fontes Pereira e Paixão Franco. Artigos abertamente orientados para a Independência são publicados em pleno século XIX (Bittencourt, 1999) e quando eclode a crise anglo-portuguesa relativa ao “mapa cor-de-rosa” um editorial do jornal afirma que o problema não é escolher entre Portugal ou Inglaterra, é “república ou independência “(citado de memória com base em consulta pessoal na Biblioteca Municipal de Luanda).

Só para o século XIX, uma publicação do Arquivo Histórico de Angola recenseou 26 títulos de jornais (Silva, Aparício e Gamboa, 1993 citados por Bittencourt, 1999), cujo impacto se estendeu ao exterior a ponto de um missionário suíço publicar em Nova Iorque, no ano de 1896, um jornal dedicado a Angola com título em quimbundo, “Kamba dia Angola” (Coelho, 1999), enquanto que Douglas Wheeler “ressalta a liberdade de expressão nesse período, quando comparada com o período pós- Salazar (Bittencourt, 1999 referindo o artigo de Wheeler, “Origins of African Nationalism in Angola” in Chilcote, Ronald)

Toda esta grande efervescência política conduz á criação das primeiras associações angolanas de cunho político e cultural e a manifestações de resistência. Em 1910-1911, uma tentativa de rebelião foi articulada em Luanda, com participação do citado Paixão Franco, tendo abortado por divergências no seio do grupo. Paixão Franco deu repercussão ao acontecimento com a publicação de um livro em dois volumes e, em 1990 o escritor José Agualusa, usou o mesmo como base para um romance (“A conjura”) onde é retratada essa camada sociocultural e suas reivindicações.

Poucos anos depois, em 1917, “o advogado provisionário António de Assis Junior, foi acusado de ter orientado um grupo de camponeses a permanecerem nas terras que reivindicavam como suas. As autoridades coloniais encararam o acontecimento como sinal de revolta insuflada pelos crioulos do interior. Em consequência, ocorreu uma onda de prisões que redundou na expulsão de Assis Junior e doutros crioulos para o Lubango” (Bittencourt, 1999).

Este episódio é contado em detalhe pelo próprio Assis Júnior, num livro reeditado após a Independência, (“Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala”) pelo seu significado na construção do nacionalismo angolano e também porque revela o começo da ofensiva colonial contra os meios da expressão intelectual angolana, coincidindo com a passagem da ocupação militar de Angola á sua ocupação administrativa, na década de 20.

O regime colonial inicia aqui um processo de esmagamento das duas resistências então existentes em Angola: a crioula e a tradicional. Contra a primeira, fechando seus órgãos de imprensa e contra a segunda, reduzindo a figurantes as lideranças consuetudinárias. Contra ambas deportando figuras combativas e destruindo as bases materiais.

Neste aspecto, a imposição do sistema colonial de impostos e a ocupação de terras, sobretudo na futura zona cafeeira, se fizeram com grande brutalidade, enquanto que nas cidades, à frágil classe média angolana vai sendo reduzido seu espaço no mercado de trabalho, com afastamento completo dos centros de decisão mesmo modestos.

A fragmentação dos movimentos ou zonas de resistência favoreceu a estratégia colonial, unificada e sistemática. A resistência tradicional não tinha consciência do todo angolano, agindo, quase sempre, cada comunidade por si e, sob agressão militar, não dispunham nem do equipamento nem estruturas eficazes de luta. A resistência intelectual crioula tinha essa consciência mas suas ligações ao campesinato eram esporádicas, até porque os grupos de vanguarda eram de pequena dimensão - como se verificará nas fases iniciais dos períodos seguintes - resultado da dimensão reduzida também da intelectualidade angolana da época.

De salientar aqui, que o ensino secundário oficial em Angola só foi inaugurado em 1919, com um pequeno Liceu que, mais tarde, ganharia relevo.

Nesta fase, notamos uma característica semelhante á citada para os Estados Unidos no século XIX: o conteúdo dos grupos político-culturais crioulos é em

geral republicano mas raramente são avançados propósitos claramente democráticos. Por outro lado, os esforços das sociedades tradicionais vão no mesmo sentido do que se passava no resto de África tropical: preservar as estruturas ancestrais.

Para os animadores dos jornais angolanos que apostavam na implantação da República em Portugal, como facilitadora de evolução do estatuto e condições sócio-económicas de Angola, a derrota foi acompanhada de dolorosa decepção: foi a República quem iniciou a sua destruição, acentuada a partir dos anos 30, quando a ditadura tomou forma na metrópole e chegou às colónias. Os efeitos dessa destruição iriam marcar as opções em Angola até à Independência.

O refluxo que se seguiu, permitiu ao regime colonial alargar o trabalho forçado para as fazendas e infra-estruturas, ao mesmo tempo que fechava ou intervinha nas associações cívicas urbanas e deu início à prática da “assimilação”, através da qual um pequeno numero de negros - três décadas mais tarde, nos anos 50, seriam 0,3% do total de negros angolanos - ganharia direitos de cidadania, remetendo-se os outros para a categoria de “indígenas”, à mercê da vontade e interpretações da autoridade colonial local. O princípio de base era a cultura portuguesa como termo de julgamento do grau civilizatório, considerando-se as culturas tradicionais como não-civilizadas e qualquer forma de síntese como inapropriada ou ridícula.

Neste sentido, os arautos da “assimilação” usavam expressões de desprezo perante indicadores de nova cultura - quer designada por crioula ou sem designação precisa - surgidos não do dialogo de culturas mas de confronto entre elas, ao longo de quatro séculos. Aliás, todas a crioulidades são produto de confronto cultural inerente ao colonialismo, como vários autores demonstraram, entre os quais citamos René Depestre (1975), em virtude de sua referência explícita a crioulidades sem língua crioula, que caracteriza o fenómeno em Angola.

Dessas tentativas de liquidar pelo desprezo, surgiram palavras como “calcinhas” para rotular os negros e mestiços incluídos nesse espaço cultural e “cafrealizados” para designar brancos nas mesmas circunstâncias.

Por cerca de duas décadas as resistências organizadas cessaram, cortadas apenas por acções individuais, como fuga ao trabalho forçado, entrada clandestina de livros publicados no exterior ou reuniões de debate e troca de ideias e de notícias.

3. A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Durante a segunda guerra mundial, os pequenos grupos de resistência intelectual reaparecem, claramente voltados para a Independência sem busca

de mediações metropolitanas ou de protectores e, no seio dos quais a questão da democracia é debatida.

Ainda assim, este debate levava quase naturalmente a contactos com áreas de oposição portuguesa mais abertas às reivindicações africanas. Já na década de 60 (ao começar a participação do autor deste texto num grupo militante de estudantes do ensino secundário), ligações a duas personalidades nacionalistas de Luanda que, mesmo nos anos de refluxo, animaram grupos de debate informal - Álvaro Galeano e Francisco Antas - revelaram-nos isso.

As conversas mantidas com essas duas personalidades giravam sempre em torno das liberdades fundamentais e do princípio de eleições livres, que depois repercutiam dentro do pequeno grupo estudantil.

O conflito mundial facilitou a difusão de alguns princípios democráticos e de igualdade social, apesar da censura que atingia desde final do período precedente a imprensa publicada em Angola que, em quase totalidade, era agora controlada por portugueses.

Apesar disso, uma ou duas publicações angolanas subsistiam de forma efémera e textos datilografados circulavam em círculos restritos, juntamente com livros de importação informal ou clandestina, tanto de Portugal como do Brasil.

Dois grupos se dotaram de organização. Em Luanda, o Partido Comunista Angolano, (PCA) cujos estatutos foram inspirados do Partido Comunista do Brasil e no Huambo (então Nova Lisboa), a Organização Socialista Angolana (OSA). Figuras importantes do futuro nacionalismo angolano fizeram aqui sua entrada na política - Viriato Cruz, António Jacinto e Mario Antonio no PCA e Socrates Dáskalos na OSA - mas ambas organizações tiveram vida curta. Serviram para demonstrar uma vez o carácter de pequeno grupo já constatado no período anterior. Tal como naquele período, os novos grupos nacionalistas aliavam acção política e cultural e buscavam sistematicamente dotar-se de mídia própria ou colocar artigos na imprensa possível. Apesar das fortes limitações legais impostas pelo regime e dos riscos da luta ilegal, seu poder de irradiação será notável, influenciando e marcando presença nos grupos formados posteriormente.

Dois outros fenómenos se passam quase em simultâneo nos anos 1953 a 1956 - mas uma vez mais sem contactos entre si - reveladores do papel que a diáspora terá na evolução posterior do nacionalismo angolano.

Estudantes africanos das Universidades portuguesas criaram embriões de luta política que, em junção de militantes do finado PCA, vão fundar o Movimento Popular de Libertação de Angola, quando parte daqueles estudantes e daqueles militantes se exilaram em Paris e Conakry.

No norte de Angola a sucessão do reino do Congo, meramente honorífico, dá lugar a oposição ao candidato da administração colonial e inicia um processo que vai levar á criação, no Congo ex-belga, da União das Populações do Norte de Angola, que mais tarde suprimiu a referência regional e finalmente se

transformou em Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA), existente até hoje.

As eleições portuguesas de 1958 em que, apesar das intimidações e fraudes, a ditadura esteve ameaçada, permitiu colocar abertamente, durante o mês de campanha em Angola, um conjunto de princípios democráticos cuja influência se faria sentir poucos meses depois na linguagem dos panfletos de pequenos grupos nacionalistas clandestinos, que se multiplicavam.

O elevado número de siglas constatado entre 1958 e 1961, decorria das próprias condições de rigorosa clandestinidade, onde as iniciativas eram tomadas em círculo fechado e onde os pontos de contacto e de identificação era limitados.

Ao mesmo tempo, o combate cultural retomou, com importante produção de poesia, conto e crônicas e constantes debates na Sociedade Cultural de Angola, fundada ainda no período de refluxo e, mais tarde no movimento cineclubista.

Os protestos contra o racismo ganhou dimensão social, com importante suporte nas igrejas protestantes e no clero e laicos católicos angolanos, a partir dos quais se projectaram figuras como Joaquim Pinto de Andrade, futuro presidente de honra do MPLA, Alexandre do Nascimento, futuro Cardeal de Luanda e Franklin da Costa, futuro Arcebispo do Lubango.

O clima de agitação crescente, conduziu as autoridades portuguesas da época a reforçar o dispositivo de repressão, até porque a vaga de independências africanas atingia países vizinhos de Angola. Aumento dos efectivos militares passando a fazer-se também recrutamento local, colocação em Angola da polícia especial e, sobretudo, da polícia política (PIDE) que, em Março de 1959, desencadeou a primeira vaga de prisões.

A acção desta polícia, deixou gravada na memória angolana o símbolo da tirania que, décadas mais tarde, mesmo depois da Independência, era citada sempre que se faziam analogias sobre medidas repressivas.

O julgamento e condenação dos presos em 1960 e 1961, deu lugar a defesas baseadas nos direitos humanos, asseguradas por advogados de Luanda, alguns deles promovidos a juizes após a Independência, e que funcionaram como mais um elemento de divulgação de princípios democráticos.

A repressão colonial incidia num momento em que a classe dirigente portuguesa acentuava a exploração colonial tardiamente, como meio para reduzir seu atraso em relação a outras potências coloniais que já aceitavam o fim do colonialismo, o que colocava o nacionalismo angolano em confronto com um ultra-colonialismo.

No final da década de 50, a economia angolana dependia fortemente de dois produtos de exportação, café e diamantes. Internamente, um conjunto de pequenas empresas de produtos industriais de grande consumo e agricultura familiar africana ou europeia, voltavam-se para o mercado local, através de

uma extensa rede comercial, com fortes características de exploração, sobretudo em relação aos consumidores mais pobres, como redução dos níveis de qualidade e manipulação até dos instrumentos de medição. A construção civil acompanhava, sobretudo, a chegada de novos colonos portugueses que se acentuou após a segunda guerra mundial.

Um conjunto de interdições colonialistas típicas limitavam o crescimento da economia angolana. Vários produtos não podiam ser cultivados ou manufacturados em Angola para não concorrerem com produção portuguesa; o transporte internacional era monopolizado por empresas portuguesas; o sistema bancário se resumia até finais dos anos 50 no Banco de Angola, a que se acrescentaram na década seguinte mais quatro bancos, todos portugueses, e um banco de capital misto luso-sul-africano.

O capital estrangeiro controlava o Caminho de Ferro de Benguela, a empresa algodoeira Cotonang e parte do capital da diamantífera Diamang, além de múltiplos mas relativamente pequenos interesses em empresas comerciais ou de serviços. Uma extensa lista de interesses internacionais, publicada no começo dos anos 60 pelo MPLA, dava a impressão de controle não-português da economia do país, quando o que realmente ocorria era um forte esquema proteccionista montado pela ditadura portuguesa em benefício de seu empresariado.

A modernização do capital é de extrema lentidão criando frequentes situações obsoletas. Os proprietários de empresas ou os serviços públicos - como os portos e a construção de estradas - preferiam usar em larga escala o trabalho braçal que, apesar de obviamente pouco produtivo, é muito mais barato no curto prazo.

A divisão do trabalho neste quadro económico traduzia, através dos desequilíbrios de funções e renda, um regime colonial racista que recorria ainda ao trabalho forçado e se reproduzia com base na repressão.

A passagem á luta armada era, portanto, inevitável e acabou por eclodir quase sem preparação, apesar de constituir tema que se discutia em pequenos círculos, melhor informados sobre lutas em andamento em outras partes de África e do Mundo ou que recorriam a exemplos históricos.

Em 1960, esses pequenos círculos - incluindo o nosso grupo estudantil, no qual parte dos militantes tinha apenas 16 anos - baseavam suas reflexões em conhecimentos sumários da guerra da Argélia, da guerrilha cubana e de lutas pela independência ou de resistência em outros continentes.

No vizinho Congo, assolado por violentos tumultos, a UPA trabalhava na organização de protestos dentro de Angola, ao mesmo tempo que via a situação argelina como exemplo que podia ser seguido. Holden Roberto, líder do movimento, falava abertamente em insurreição em diversas assembleias africanas e um desses seus discursos foi distribuído clandestinamente em Luanda por militantes que tinham escapado da repressão.

Estes mesmos militantes distribuíram também material de propaganda, elaborado no exterior pelo MPLA ou por seu núcleo formador. Internamente, poucos sabiam qual a diferença entre UPA e MPLA, tendo este, na altura, uma existência de agrupamento quase informal, essencialmente de intelectuais exilados.

Segundo nos disse Mário de Andrade, em conversa no ano de 1985, a primeira direção do Movimento só foi escolhida em Conakry, em finais de 1960, sendo na mesma altura publicado o programa. Andrade foi eleito presidente e Viriato Cruz, secretário-geral.

Este, no entanto, alguns meses antes foi bastante citado ao declarar, em Londres, que em Angola as condições estavam reunidas para desencadear uma guerra do tipo argelino, o que mostrava semelhança de modelos com a UPA. Aliás, ambos agrupamentos tinham mantido contactos com Franz Fanon, ligado à FLN da Argélia e que, na época, era o principal teórico anti-colonial. Suas simpatias foram inicialmente para a UPA, uma vez que sua base camponesa se aproximava mais das análises e propostas de luta que Fanon formulava.

Mas em começos de 1961, nenhum militante angolano tinha ideias precisas sobre o tipo de guerra que podia ser desencadeada, nem das suas bases geográficas ou sociais e, apesar das intenções insurreccionais, ninguém possuía combatentes minimamente preparados nem armas.

Os ataques de 4 de Fevereiro de 1961 contra as prisões de Luanda e de 15 de Março do mesmo ano em fazendas do norte do país, apanharam todo o mundo de surpresa, desencadeados por grupos informais, mas sob efeito das proclamações sobre legitimidade e necessidade de recurso às armas.

Nessa altura, aliás, passou quase despercebido um levante espontâneo de camponeses na região algodoeira da Baixa de Cassanje, em Janeiro.

Os atacantes de Fevereiro e Março de 1961 não possuíam armas de fogo, tendo agido com armas brancas de vários tipos, principalmente catanas e, todo o seu comportamento coincidia mais com a revolta haitiana do século XVIII que com qualquer movimento revolucionário mais recente.

A insurreição camponesa do norte rapidamente assumiu a forma de vários grupos dispersos com escasso comando central no terreno, apesar das palavras-de-ordem da UPA emitidas a partir do Congo que, durante alguns meses, chegaram a alguns desses grupos. Chefes tradicionais e feiticeiros desempenharam um papel de primeiro plano e, grande parte dos revoltosos comportaram-se em termos de superstições e referências ao imaginário sobrenatural, com a vontade de libertação misturada com forte componente de messianismo, fenómeno muito presente desde várias décadas no norte de Angola e partes do Congo, através do Kimbanguismo e do Tocoísmo, que os movimentos políticos receavam contrariar. Raramente foram dotados de concepções adequadas ao acontecimento que tinham desencadeado e, do ponto de vista cultural, a conduta interna da revolta não conseguiu harmonizar a dicotomia tradição-modernidade. (Gonçalves, 1969)

Mesmo assim, todo o ano de 1961 representou um duro desafio para o regime colonial, que foi pressionado a modificar várias de suas orientações, sobretudo em economia, mas também para os movimentos nacionalistas, que tiveram de se lançar rapidamente na preparação militar e na definição de objectivos.

Um ano depois do começo da rebelião, em 1962, o nacionalismo angolano está de novo em refluxo, desta vez como resultado de derrota militar por falta de preparação na via armada. Os grupos urbanos estão silenciados, os guerrilheiros que restam nas matas apenas sobrevivem, cerca de 250.000 refugiados atravessaram a fronteira congoleza e a diáspora acentua o seu papel de teatro principal das movimentações para a Independência, em meio de abertas divergências e agressividade armada entre FNLA e MPLA.

Embora ambos programas proclamem as liberdades democráticas como objectivo da luta, nenhum deles se conduziu de forma a garantir o pluralismo. A FNLA, graças ao apoio de Mobutu conseguiu expulsar o MPLA da então Leopoldville e só a mudança de regime em Brazzaville vai salvar este movimento do colapso. Tentativas do MPLA para utilizar de forma clandestina o território de onde fora expulso, saldaram-se pela desaparecimento dos militantes envolvidos na operação.

A FNLA cria um “governo revolucionário de Angola no exílio” (GRAE), seguindo o exemplo da FLN argelina, mas quase cessa seus ataques em território angolano, embora já possua soldados treinados, enquadrados e equipados, graças á assistência do regime mobutista e dos argelinos. O MPLA infiltra pequenos grupos armados em Cabinda.

Mesmo dentro de cada organização, as condições de tolerância e abertura ao debate político são inexistentes. O melhor que acontece com os dissidentes é conseguirem fugir dos países onde cada movimento tem apoios oficiais, mas ocorreram vários casos de execuções extrajudiciais.

Duas dissidências serão de maior vulto, no começo da década de 60. Pouco depois da instalação do MPLA em Brazzaville, as divergências entre Viriato Cruz e Agostinho Neto ganham contornos violentos, num choque que tem a ver com estilos de condução da luta, política de alianças entre movimentos e o confronto sino-soviético, posicionando-se Viriato a favor da China e de aliança ou mesmo adesão á FNLA.

Dentro desta, mais tarde, Jonas Savimbi que exercia funções de chefia nas relações exteriores do GRAE, aproveita uma deslocação ao Cairo e afasta-se de Holden Roberto com fortes críticas, acompanhado por um punhado de militantes do sul do país e de Cabinda. Após várias negociações mal sucedidas com o MPLA, esta dissidência acaba criando um novo movimento de libertação: a UNITA.

As diferenças dentro da FNLA também tinham relacionamento com choques pessoais mas a problemática étnica pesava mais que dentro do MPLA. Por outro lado, as grandes componentes ideológicas mundiais pesavam menos, na medida em que os militantes da FNLA seguiam uma postura pró-ocidental.

Mesmo assim, Savimbi conseguiu apoio moderado da China e realizou a primeira acção de seu movimento junto á fronteira leste no Natal de 1967.

Nessa altura, a guerra de Angola era seguida com interesse por dois países que, após a independência, iriam intervir abertamente no conflito angolano.

Cuba mantinha, como prioridade de sua política externa, o apoio a movimentos marxistas defensores da via armada em várias partes do mundo, ainda dentro da lógica guevarista de criação de “dois, três Vietnams”. A passagem de Guevara por África deixou á diplomacia cubana vários contactos permanentes, entre outros, com o MPLA e o PAIGC, aos quais foram enviados instrutores e até combatentes que, no caso angolano intervieram em operações na floresta do Mayombe, em Cabinda. (testemunhos recolhidos pelo autor e Davezies, 1968).

A África do Sul, que ocupava a Namíbia (então Sudoeste africano), receava a aliança da SWAPO com os nacionalistas angolanos e temia a possibilidade de combatentes namibianos, baseados na Zâmbia, atravessarem a zona de guerrilha no leste angolano para se infiltrarem na Namíbia. Um acordo secreto foi assinado com Portugal, concedendo ás forças armadas sul-africanas a instalação no Dirico, província do Cuando-Cubango, de uma unidade de helicópteros e respectivos apoios. (testemunhos recolhidos pelo autor e declarações de chefes militares portugueses) .

Portanto, no final da década de 60, estão no palco todos os actores internos e externos da guerra pós Independência. Aliás, esses anos de 1966 e 1967, podem considerar-se como fim do refluxo armado iniciado em finais de 1961 e coincide também com retomada de criação de grupos clandestinos urbanos e aumento do trabalho cultural, neste caso aproveitando as brechas no esquema colonial de censura á produção intelectual.

A abertura de uma pequena universidade em Luanda, em 1962, contribuiu para isso, em paralelo com o aumento considerável de estudantes negros nos ensinios secundário e médio. Em 1967, duas faixas políticas urbanas se esboçam em Angola em bases informais: os marxistas-leninistas e os cristãos progressistas, alimentados em literatura política a partir de núcleos estudantis angolanos das Universidades portuguesas, enquanto que em outros países da Europa, estudantes angolanos exilados repercutiam o debate estudantil mundial, que conduziria ás rebeliões internacionais de jovens em 1968.

Este conjunto de elementos fez emergir do movimento estudantil um conjunto de propostas no sentido de renovar o nacionalismo angolano e dar-lhe mais conteúdo ideológico ou, pelo menos, programático. O debate sobre democracia, imperialismo e desenvolvimento, ganhou algum corpo, mas seus efeitos na orientação dos três movimentos foi quase nulo.

O tema do desenvolvimento era o que levantava menos problemas teóricos. Embora as formulações fossem em geral vagas e, de certa forma, partindo da crença que a Independência resolveria por si todos os problemas nesta matéria, ele era visto por quase todas as tendências como sinónimo de

socialismo, com exceção da FNLA que fazia propostas próximas da prática mobutista.

No entanto, algumas diferenças eram perceptíveis entre as visões de socialismo. Enquanto nos estudantes e intelectuais próximos do MPLA, as teses soviéticas eram aceites, com algumas modificações secundárias, um “grupúsculo” (conforme linguagem da época) estudantil angolano existente então em Paris e Dakar, publicou um boletim intitulado “Textos para Debate” revelando forte inclinação para as teses da teoria da dependência.

Este grupo já tinha marcado sua presença em 1962 num “seminário internacional de estudantes do mundo subdesenvolvido”, que decorreu no Brasil, e marcaria presença de alguma importância nos debates em Angola, após a queda da ditadura portuguesa em 1974. De 1962 a 1974, usou diferentes nomes e siglas, conforme mais adiante vamos assinalar, constituindo de facto um prolongamento do grupúsculo estudantil democrático que referimos em Luanda no começo da década.

Já o tema imperialismo dava origem a divergências, acentuadas pelo clima de guerra fria e do diferendo sino-soviético, enquanto que a discussão sobre democracia era atingida por uma infinidade de preconceitos ou de meros pretextos para lhe reduzir o alcance e fortalecer o papel das lideranças.

Como em todos os países africanos, nessa época, o regime de partido único era defendido com base numa pretensa especificidade africana de busca de consensos e pensamento único, oriundos dos poderes tradicionais pré-coloniais. O que na prática ocorreu foi a generalização de ditaduras que impunham seus próprios termos de consensos e geraram crises até nos aspectos de sobrevivência básica das populações.

Ao mesmo tempo, o pensamento marxista foi usado apenas na sua versão oficial, consagrada nos países onde o partido comunista estava no poder e consistia em adjectivar a democracia - burguesa ou popular - o que relativizou seu conteúdo fundamental e permitiu até expressões como “ditadura democrática”, favorecendo concentração de poder e mascaradas eleitorais.

Em termos práticos, os mais críticos (e minoritários) nesta fase acusavam as três lideranças angolanas de falta de democracia, vista como instrumento insubstituível de auto-defesa social, e de mau conhecimento da realidade interna angolana, resultado de muitos anos de exílio, o que motivava ausência nacionalista armada nos grandes centros econômicos, que financiavam o esforço de guerra português.

Os menos críticos faziam sugestões às suas lideranças sem as contestarem, acreditando que a luta de libertação impunha condições que dificultavam a aplicação de critérios mais democráticos, supondo-se que tal situação seria corrigida uma vez tomado o poder.

O MPLA tornou-se, a partir da Independência da Zâmbia, a principal força nacionalista e realizou operações militares com alguma profundidade em Angola, ao mesmo tempo que ganhou envergadura internacional. O acesso á

fronteira de Angola com a Zâmbia foi a alavanca nesse sentido e, ao mesmo tempo, suas emissões de rádio baseadas em Brazzaville, ganharam enorme popularidade nas maiores cidades angolanas e foram decisivas na criação de um clima de franca oposição ao regime colonial.

E nem o recuo das guerrilhas dos três movimentos, que novamente se verificou, no começo da década de 70, alterou esta popularidade que viria a ser decisiva na transição para a Independência. Uma vez mais em Angola, a mídia militante assumiu o papel mobilizador principal.

No final da década de 60, portanto, as forças políticas angolanas estão configuradas e a evolução da sociedade angolana desde 1961 teve um peso considerável nesse processo.

O argumento da FNLA e, mais tarde, da UNITA, sobre suas bases camponesas foi relativizado, tanto pela característica étnica que possuíam esses dois movimentos, como pelo aumento da população suburbana do país, de onde provinha grande parte dos quadros do MPLA, um fenómeno que se tornou dominante, mais tarde, como consequência da guerra civil pós-Independência.

O alinhamento da FNLA com o regime de Mobutu também era motivo de distanciamento, na medida em que o ex-presidente congolês era visto como tirano, o que desde logo traduzia um espírito crítico em relação a várias lideranças africanas, que não existia em 1961.

Duas importantes dissidências voltaram a atingir o MPLA e a FNLA na segunda metade da década, dando lugar a forte repressão interna. Trata-se da “revolta do Leste” conduzida por um alto dirigente do MPLA, Daniel Chipenda e a revolta do campo de Kinkuzu, zona do Congo onde estava estacionado o essencial das forças regulares da FNLA. As duas revoltas contestavam as respectivas lideranças e a forma como conduziam a luta armada, levando mais tarde os sobreviventes a aderirem ou fazerem aliança com o movimento oposto.

Dentro do MPLA notava-se ainda a existência de uma corrente de opinião, que contestava politicamente - e discretamente - “os métodos de direcção presidencialistas”, na qual apareciam os nomes do ex Presidente do movimento Mário de Andrade, de Gentil Viana, conselheiro de Agostinho Neto e de quadros intelectuais de destaque, como a socióloga Mário do Céu Reis, nomes que em breve se iriam destacar com a radicalização desta oposição interna não armada.

A UNITA estava fora destas movimentações e, suas características revelavam-na então, como um grupo de dezenas de militantes armados no leste angolano e um punhado no exterior.

Além dos três movimentos, passou a existir uma área de franco-atiradores, constituída por elementos das faixas políticas informais, tanto de dentro como de fora do país, com capacidade de divulgação de princípios democráticos e de crítica social sobre os mais recentes desenvolvimentos da política e da economia coloniais.

Estes desenvolvimentos foram consequência da insurreição de 1961 e da pressão que ela exerceu sobre as autoridades coloniais.

No que constituiu um apressado movimento de reformismo colonial, as autoridades de Lisboa anularam pontos da legislação colonial mais odiados, abriram novas escolas e mais vagas no funcionalismo público para angolanos e, sobretudo, deram novo impulso á economia, acentuado em meados da década quando foram descobertas jazidas petrolíferas em Cabinda e na bacia do rio Congo, muito mais importantes que as existentes na bacia do Cuanza.

As medidas de estímulo económico, geraram um “modelo de crescimento sem desenvolvimento” de capitalismo colonial (Gonçalves, 1973), promovendo um aumento elevado do número de empresas industriais portuguesas voltadas principalmente para a demanda final mas, em alguns casos, para a demanda intermédia também.

O trabalho forçado foi abolido e, tanto as fazendas como o comércio passaram a ser regulados em bases de capitalismo contemporâneo; a produção da agricultura familiar africana passou a ser canalizada para os mercados rurais, criados em quase toda Angola

O café atingiu durante a década de 60 uma média anual de produção da ordem das 200 mil toneladas, colocando Angola no quarto lugar mundial; a produção de diamantes manteve a sua presença e o ferro começou a ser extraído com base em contratos internacionais principalmente com o Japão, dando lugar a importantes infra-estruturas no sul angolano; a pesca entrou nas estatísticas mundiais; a construção civil assumiu volumes dos mais altos de África e o petróleo assumiu a cabeça da pauta de exportações.

Nada disto, porém, alterou as relações colonizador-colonizado e, no começo da década de 70, apesar de novo e importante recuo da luta armada, as brechas no edifício colonial eram cada vez maiores e seu esgotamento cada vez mais visível. Os sucessos coloniais na luta anti-guerrilha em nada tinham diminuído a consciência anti-colonial da população nem o perfil anti-histórico de regime.

Tal era o estado do país em finais de 1973, quatro meses antes da queda da ditadura portuguesa, que deu início á transição para a Independência.

4. A TRANSIÇÃO PARA A INDEPENDENCIA

O ano de 1973 marcou uma serie de movimentações visando redinamizar o nacionalismo angolano, para lhe aumentar a capacidade de resistência político-militar e, em alguns casos, abrir no seu seio mais espaços democráticos.

O “movimento do reajustamento” que decorreu dentro do MPLA , num estilo de inspiração maoísta, permitiu levantar alguns problemas relativos a métodos da liderança e avaliação da conjuntura, marcada pela contradição entre a subida dos níveis populares de apoio e o recuo da guerrilha. Nesse âmbito, foram-se criando, ou acentuando, afinidades que levariam á aparição da “Revolta Activa”, enquanto noutro plano, tudo de encaminhava para a formalização da “Revolta do Leste”. Perante ambas, Agostinho Neto organizou também seus partidários e o MPLA passou a viver um clima de luta interna pelo poder.

A FNLA estava instalada na situação de instrumento da política de Mobutu, raramente executando operações de relevo em Angola, mas mantendo intensa acção diplomática. Uma mediação africana, promoveu um acordo entre os dois movimentos, que nunca foi levado á prática.

A UNITA, sobrevivia nas matas do Lungué-Bungo, província do Moxico, numa postura que, em termos práticos, equivalia a marcar presença que mais tarde lhe desse estatuto de interlocutor em eventuais negociações com Portugal. Assim, aceitou alguns contactos discretos a nível local com autoridades militares portuguesas, num momento em que Lisboa explorava vias de implementar nova fase de seu reformismo.

Os “franco-atiradores” acentuaram sua presença na difusão de ideias, tanto pela via do panfleto ou textos teóricos de circulação restrita, como recurso a artigos na imprensa autorizada, onde através de temas de sócio-economia ou de política internacional, se fixavam certos princípios válidos internamente ou ainda em associações autorizadas, como era o caso dos círculos universitários de cinema.

Em 1973, conseguiram estabelecer uma ligação permanente entre o exterior e o interior e um desses grupusclos - citado no diário francês “Liberation”, que o identificava pela palavra-de-ordem “liberdade e paz” - baseava sua análise nas diferenças entre o “nacionalismo tradicional” e o “nacionalismo revolucionário”, quer dizer entre a via autoritária e a via democrática, ao mesmo tempo que revelava simpatias pela teoria do foco, como veiculo de mobilização popular e de aumento da pressão sobre o regime colonial.

Neste pormenor, a divergência era considerável com o MPLA, cujas concepções se aproximavam das teorias de Mao.

A polícia política vigiava tudo isto mas já sem a antiga capacidade de contenção, nem nas colónias nem na metrópole, onde um golpe de estado derrubou facilmente a velha ditadura, alterando as estratégias em elaboração e abrindo um espaço de debate que, em Angola, deu lugar a uma vasta discussão e á aparição de grupos informais de todas as tendências, desde partidos de colonos e de direitistas locais, que tinham colaborado com o sistema, até grupos liberais e esquerdistas.

Todos estes grupos, fossem quais fossem seus interesses e opções, agiam em função dos três movimentos de libertação, procurando ou aliar-se a algum deles ou manipulá-los.

Entre os liberais, a mais séria tentativa era de um grupo de empresários locais que reacenderam a FUA, sigla que existira em Benguela no começo da revolta de 1961. À esquerda, os comitês Henda e Amílcar Cabral, marxistas-leninistas, respectivamente pró-soviéticos e pró-chineses, posicionaram-se no campo da liderança do MPLA, enquanto um “movimento revolucionário de libertação”, na realidade o novo nome do grupo “liberdade e paz”, estava em maioria favorável à “Revolta Activa” (R.A.), que entretanto publicou seu Apelo, menos de um mês após o golpe militar em Portugal, mas não impedindo que o mesmo fosse considerado como oportunista, em virtude de só ter sido feito já com a transição para a Independência em andamento.

O principal motivo do atraso residiu nas longas hesitações em anos anteriores, por temor de que as críticas fossem julgadas inoportunas ou mesmo divisionistas, acusações que em vários movimentos revolucionários têm sido paralisantes e acabam por ter efeitos ainda piores, tanto para a eficácia do movimento em si como para a reputação dos críticos.

As propostas de democracia que o Apelo formulava e a assinatura de figuras de prestígio, convenceram todos os que à esquerda defendiam instituições democráticas, a apoiarem a RA, apesar do apelo tardio e de alguns dos signatários do mesmo terem posições ambíguas sobre a noção de democracia.

Em torno da RA se agruparam militantes nacionalistas de direita, sociais-democratas, maoístas, cristãos progressistas e até alguns libertários, além de pessoas que apenas recebavam uma ditadura. Culturalmente, se olharmos os signatários do Apelo, notar-se-á uma predominância de crioulos e alguns bakongos, com ausência de oriundos do Sul.

O grupo converteu-se no principal alvo dos ataques de todas as áreas políticas que defendiam a presidência de Agostinho Neto.

Assistiu-se aí ao primeiro - e durante muito tempo único - combate aberto entre propostas autoritárias e democráticas e, uma vez mais a mídia iria ser o palco central. O prestigiado programa “Voz de Angola Combatente” de Radio Brazzaville manteve-se na zona de influência dos partidários de Neto que, rapidamente ganhou espaço na mídia publicada ou emitida dentro de Angola. Os partidários da R.A. conseguiam colocar alguns de seus princípios e análises no programa “Contacto Popular” de larga audiência numa rádio oficial interna, mas poucos meses depois este programa foi fechado pelas autoridades militares portuguesas de então, em vésperas da chegada a Luanda da delegação oficial do MPLA.

Privada de grandes meios de comunicação e intimidada pela dimensão do apoio a Agostinho Neto na capital, que a acusava de fazer propostas de “democracia burguesa”, a RA foi ficando isolada e, algumas propostas radicais de militantes, no sentido de sair da mera defensiva não tiveram eco.

O Acordo do Alvor foi assinado apenas pelos três movimentos, que junto com Portugal dividiram o governo de transição mas que rapidamente entrou em colapso. A vontade de hegemonia de cada um dos movimentos e a intolerância que isso implicava criou um terrível clima antidemocrático, conduziu a fortes

alianças internacionais com os dois campos da guerra fria e abriu caminho para a guerra civil.

Quando esta conduziu á divisão de facto do país, novamente surgiram propostas dentro da RA para tomada de decisões que evitassem o esmagamento do grupo e até, como veio a verificar-se, a prisão de seus líderes. Os pontos de partida dessas propostas eram de que, nas circunstâncias de então, só a RA podia assegurar a sua própria defesa contra previsíveis medidas repressivas e, ficar quase todo o grupo exposto em Luanda, era suicídio. Em consequência propunha-se a deslocação para uma zona rural, de onde fosse possível manter um certo nível de intervenção democrática, protegido por um esquema de defesa próprio. Esta proposta revelava forte influência do foquismo, embora não se destinasse a criar uma guerrilha. Mas a intenção de implantação no sudoeste mostrava vontade de ampliar a base militante para sul e recorrer á tradição de reivindicação democrática em regiões como Benguela e Lubango.

Apesar de todas as ambiguidades e hesitações, a RA transformou-se num grupo precursor em Angola, ao propor um sistema político pluralista e uma “democracia económica”. Esmagada pela repressão cerca de seis meses após a Independência, a sua influência fez-se sentir em seguida, na formação de grupos informais democráticos e em ideias que mais tarde se tornariam dominantes na opinião pública e no próprio MPLA.

Entretanto, Angola iria viver um período sombrio da sua História, considerando os pontos de vista do desenvolvimento democrático: intolerância dentro da próprias forças políticas, exemplificada pelo brutal confronto entre membros do MPLA em 27 de Maio de 1977 e execução sumária de dissidentes da UNITA por ordem de seus dirigentes; guerra civil predadora que abriu espaço a pesadas e custosas intervenções estrangeiras; ausência de política de desenvolvimento e colocação de Angola entre os mais baixos índices de desenvolvimento humano.

5. A CONTINUIDADE DAS ARMAS

O contexto que se viveu em Angola de 1975 a 1991 pode ser ironicamente classificado de “sistema de dois partidos únicos”, na medida em que dos dois lados da guerra, imperava o mesmo tipo de relacionamento entre os políticos e a sociedade, com métodos repressivos semelhantes e o mesmo descaso em relação ao desenvolvimento.

Nesse período, a noção de refluxo é muito mais extensa e grave, porque não abrange apenas correntes políticas, vitimando toda a sociedade e impedindo Angola de se afirmar como país respeitável.

Em Fevereiro/Março de 1976, a FNLA foi liquidada militarmente, enquanto a UNITA perdeu todas as cidades que controlava e, seus dirigentes e estrutura militar, recuaram para as matas do Kuando-Kubango.

Dirigentes e militantes da RA foram presos em Abril de 1976 e antes deles já haviam sido feitas numerosas detenções em militantes da Organização Comunista Angolana (OCA), de inspiração maoísta, e de pessoas que haviam formulado críticas a título pessoal, ou seja, um ataque repressivo contra faixas de longa tradição na política angolana: os informais e os “franco atiradores”.

As forças sul-africanas tinham-se retirado previamente de Angola e as unidades militares cubanas, decisivas na vitória do MPLA, reforçaram-se na perspectiva dos novos combates que se iriam desenrolar, ao mesmo tempo que reforçavam também sua presença com pessoal político e técnico, cujo impacto nas opções políticas e económicas de Angola pós-colonial foi enorme, em termos marxistas-leninistas ortodoxos.

Ao longo de 1976 e 1977, as operações militares da UNITA assumiram características de pequenos ataques, mas em 1978 aumentaram de envergadura atingindo seriamente várias infra-estruturas. Ainda assim e tal como a guerra no período colonial, foram raras as operações em áreas centrais da economia ou densamente povoadas, embora no início da década de 80, importantes sabotagens atingiram navios no porto de Luanda e a refinaria de petróleo da capital, provavelmente execução de comandos das forças armadas sul-africanas (SADF), que novamente penetravam em Angola para combater a SWAPO da Namíbia, apoiada pelo MPLA.

A SADF manteve por longos anos uma ocupação constante de partes da província do Kunene, fronteira com a Namíbia, sobretudo na faixa das barragens de Ruacaná e Calueque e, no final da década, a situação militar no terreno atribuía á UNITA o controle de cerca de um terço do território - embora com população relativamente pouco numerosa - e obrigava o governo a dedicar ás suas forças armadas cerca de 50% dos recursos financeiros disponíveis.

Esta disponibilidade era produzida essencialmente pelo petróleo, que no começo dos anos 90, representava mais de 60% do PIB e mais de 80% das divisas, agravando o perfil monoprodutor da economia de Angola, onde vários sectores sofreram quedas da ordem dos 90%, como foi o café, paralisaram totalmente, como ocorreu com o ferro, ou caíram para menos de metade, como os diamantes.

Na produção agrícola alimentar, o país passou de auto-suficiente em vários produtos para importador, sendo os casos mais grotescos, a importação de conservas de peixe, óleo de palma e farinha de milho. Mas nem mesmo essas importações contiveram a evolução para a crise alimentar, que começou a se manifestar logo em 1976, quando os stocks da economia colonial se esgotaram.

A primeira grande resposta do regime, no começo dos anos 80, foi lançar uma operação publicitária, designada por “ofensiva generalizada contra o liberalismo e a desorganização” que, em primeiro lugar constituía uma reacção a críticas,

que circulavam até entre membros do Governo e dirigentes do partido único, sobre a incompetência profissional que presidia diversas decisões e aplicações das políticas públicas.

Através de processos estrondosos com grande cobertura da mídia local e fortemente apoiada pela polícia política, a “ofensiva” visou alvos muito criticados pela sociedade - como os ministérios e as empresas do comércio e dos transportes - mas acusando apenas “bodes expiatórios” ou aproveitando para afastar ministros em ascensão, sem tocar na raiz da crise.

A crise alimentar teve sua origem na burocratização da produção que impedia as iniciativas produtivas e de livre troca. Como efeito, ela gerou o mercado informal ou paralelo, inicialmente muito discreto e combatido pelas autoridades, mas que foi ganhando espaço até alcançar posição hegemónica, reconhecida pelo governo ao liberalizar os preços em 1990. Nessa altura, esses mercados abasteciam 78% da população da capital e, além de produtos, operavam com o cambio em montantes elevados. (Gonçalves, 1991)

O aprofundamento da crise, levou o governo a abandonar certos dogmas ideológicos que destroçavam a economia, lançando um Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), em 1987, pressionado pelo descontentamento face às carências de bens e serviços, mas também pela queda dos preços do petróleo que então se verificou.

O SEF permitiu, pela primeira vez depois da Independência, colocar publicamente certos fundamentos da economia e assinalar pontos graves de estrangulamento, mas a reacção dos conservadores e ortodoxos do regime desfez essa tentativa, sem que se tivesse formulado uma estratégia de desenvolvimento e se criassem instrumentos de sua implementação.

Dessa forma, as decisões económicas continuaram a obedecer a critérios ideológicos, emanados da elite dirigente, cujo tipo de controle aproximavam-na da noção de “classe-Estado”, que vários cientistas sociais aplicaram em diversos países do continente.

Durante a década de 80, a crítica de rua ganhou dimensão e força, ao ponto de que a antiga repressão contra ela deixou de ser viável. Ao mesmo tempo, a Igreja Católica, que já tinha publicado uma carta Pastoral muito crítica - e que por esse motivo vira estatizadas várias de suas instalações e fechada sua rádio - voltou a fazê-lo em 1982 com a “Nota Pastoral sobre a Reconciliação”, onde apelava á paz e ao respeito pelos direitos humanos, sem que ocorressem novas perseguições ou retaliações.

O espírito “franco atirador” voltava também a aparecer através da multiplicação de fotocópias de textos democráticos ou de crítica, envio de denúncias aos organismos internacionais de direitos humanos e imprensa estrangeira, aumento da escuta de rádios internacionais em língua portuguesa, que obtinham audiência semelhante á de Radio Brazzaville na época colonial e reuniões de grupos informais para troca de ideias e notícias.

Isso fez aparecer um espaço que passou a designar-se durante algum tempo como “democratas independentes”, embora só durante um período mais curto tivesse aparecido um esboço de organização usando esse nome. A influência de antigos militantes ou simpatizantes da RA tornou-se notória, a ela se acrescentando depois antigos animadores de grupos marxistas, pessoas que tinham estado envolvidas ou depositado esperanças no SEF e intelectuais que tinham mantido distancia do regime, vários deles na diáspora.

Na tentativa de apresentar o pensamento que se manifestava nesse espaço, foi redigido em 1983 um documento-rascunho, intitulado “Pontos de Partida para o Desenvolvimento Democrático” que foi discutido com algumas personalidades de oposição e orientou o referido esboço de organização.

Um punhado de escritores, com passado em agrupamentos informais de esquerda, criou abertamente uma associação cultural em Luanda, que publicou uma revista literária (“Archote”), animou interessantes debates, nos quais se combatia o monolitismo do regime na cultura e foi decisivo na constituição da Associação Cívica Angolana (ACA). Esta foi fundada em Janeiro de 1990, primeira ONG angolana vocacionada para a defesa dos direitos humanos, presidida por Joaquim Pinto de Andrade, personalidade de destaque da RA e foi vista na altura como embrião de um partido político democrático.

As expectativas suscitadas pela ACA levou á auto-dissolução dos embriões organizados dos “democratas independentes” (“dem.in”), visando facilitar um processo de unidade ou, pelo menos, de articulação. Curiosamente, as duas figuras mais em destaque naqueles embriões, se opuseram à auto-dissolução, que julgaram prematura, mas ficaram em minoria. Mais tarde, com a fragmentação da nova oposição, a análise dessa minoria passou a ser vista como mais lúcida, partindo-se do princípio que os “dem.in” poderiam ter tido o prestígio suficiente para fazer valer propostas aglutinadoras, o que ninguém pode afirmar como seguro.

Dentro do próprio MPLA também durante esses anos foi crescendo a percepção de que a guerra exigia solução política, de que insistir na camisa de forças ideológica era um erro monumental e que normas de convivência democrática tinham de ser aplicadas. Dentro do partido do poder, as críticas tornaram-se frequentes e constantes os choques entre personalidades conservadoras ou renovadoras.

Mesmo com a correlação de forças entre elas, mal estabelecida, o regime abriu mão do princípio de partido único quase na mesma altura em que decidiu liberalizar os preços, alterando radicalmente os termos de condução da vida económica.

A Perestroïka de Gorbachev contribuiu fortemente para isso, na medida em que a ex-URSS era um aliado crucial do MPLA. A guerra fria terminava e o partido no poder em Angola tirou as conclusões adequadas, ao contrário da UNITA, que continuou acreditando no valor das velhas dicotomias mundiais.

A assinatura do acordo de paz de Bicesse (1991), foi o corolário de todo esse encaminhamento da vida pública angolana, criando na UNITA uma grande

euforia de conquista próxima e fácil do poder, mas revelando ao mesmo tempo que o movimento então dirigido por Jonas Savimbi não tinha acompanhado as grandes motivações da sociedade angolana, conhecia mal os novos dados económicos e aparecia também com um fraco currículo democrático.

As eleições de Setembro de 1992 traduziriam esse fenómeno, dando a vitória a um MPLA com discurso apaziguador e renovador e levando a área dos críticos informais ou franco atiradores a engrossarem as fileiras dos pequenos partidos ou dos votos em branco (que somados fizeram cerca de 20% do eleitorado) e a afastar-se da UNITA, que permanecia com linguagem militar e que não aceitou o veredicto da urnas, desencadeando nova guerra, desta vez em zonas não periféricas da economia e da concentração populacional.

Aquela percentagem, porem, redundou em capital político reduzido em virtude da enorme fragmentação do campo desses pequenos partidos, inicialmente designados por “emergentes “ e depois por “partidos da oposição civil”. Várias das lideranças desses partidos eram dissidentes dos três movimentos de libertação e estavam ainda pouco familiarizados com os princípios da democracia e com o imperativo de harmonizá-los com a eficácia eleitoral, que aconselhava alianças baseadas em princípios e renuncia á excessiva afirmação pessoal ou de pequeno grupo.

Alguns meses antes das eleições de 1992, uma tentativa de integração de personalidades importantes da antiga RA num partido de sobreviventes do golpe de 27 de Maio, operação em que ambos os lados faziam cálculos de liderança , saldou-se por fiasco e deixou uma impressão geral de “correria apressada às portas do poder”. Nunca foi possível aos animadores dessa tentativa explicar uma aproximação entre tendências tão opostas em matéria de princípios, até porque os promotores do 27 de Maio tinham-se caracterizado por fortes ameaças e perseguições contra a RA durante a repressão de 1976.

Um dos signatários do Apelo da RA em 1974, João Vieira Lopes, que se manteve à margem da referida tentativa de aproximação, foi eleito deputado pela “Aliança Democrática”, emanação da Frente para a Democracia (FpD), cujos líderes principais fizeram parte das origens da ACA.

A FNLA também se opôs a uma frente comum por acreditar em seu peso histórico, enquanto que outros partidos recém criados se aproximaram, na prática, do MPLA e, em menor grau, da UNITA. Outros, enfim, reclamaram privilégios, que apareceram como busca de inserção nos símbolos da “Classe-Estado”.

Nessas condições, a capacidade de mobilização ficou reduzida, muitos potenciais eleitores dos “emergentes” preferiram votar no MPLA - por receio do discurso da UNITA - e outros votaram em branco (constituindo o terceiro voto nacional). Uma grande oportunidade de demarcar um espaço democrático com peso eleitoral foi perdida dessa forma e, desde então, alguns democratas acreditam que a arena principal para fazer avançar o processo de desenvolvimento democrático é o MPLA, graças ao seu potencial mobilizador combinado com o aproveitamento de suas contradições e tendências internas.

A recusa pela UNITA dos resultados, impediu a segunda volta das eleições presidenciais e uma nova fase da guerra se instalou até Fevereiro de 2001 quando a morte em combate de Jonas Savimbi, após significativos avanços do exército governamental nos meses precedentes, levou a UNITA a uma rendição militar, tendo o governo respeitado a sua existência política, numa atitude que valeu às autoridades ganhar prestígio interno e externo, mitigado depois pela modéstia dos resultados no plano sócio-económico e aparição de escândalo relacionado com antiga compra de armamento.

Importante assinalar que a derrota militar da UNITA abriu caminho a sua democratização, de que foi exemplo o Congresso que elegeu Isaias Samakuva para a sua presidência.

Mas muito antes disso, o primeiro resultado da guerra pós eleitoral foi a perda de 23% do PIB angolano em 1993 (estatística oficial citada por Gonçalves, 1999), cujos efeitos permanecem até hoje.

O clima de insegurança e incerteza que passou a reinar, a multiplicação de esquemas de sobrevivência e a difusão da crença de que economia de mercado é “salve-se quem puder”, facilitou o aprofundamento da corrupção, já iniciada no período anterior e que levou Angola a figurar entre os cinco países mais corruptos do mundo, segundo a lista de 2003 da “Transparência Internacional”.

Pela via do acesso a grandes contratos em moeda externa, de privatização de empresas estatais segundo normas de favoritismo, de extracção de diamantes ou de vendas importantes no mercado interno, cujo produto é cambiado em dólares do mercado paralelo, grandes fortunas se formaram, dando á “Classe Estado”, uma base económica e financeira que nunca possuía.

A queda dos dogmas ideológicos ligados ao partido único, abriu espaço para a afirmação de todas as correntes de pensamento com crescente liberdade em Angola desde o período pré-eleitoral. Mas referências concretas a situações da vida angolana deram lugar - a partir do recomeço da guerra - a frequentes intimidações, sobretudo no que respeita as formas de enriquecimento da “Classe-Estado”. De tal forma que, nos anos 1993 a 1998, as violações de direitos humanos eram fruto da guerra - por ambos os beligerantes e de forma mais flagrante pela UNITA - mas também evidenciavam preocupação em camuflar a corrupção nessa classe.

A partir de 1997 surge de novo o fenómeno dos franco atiradores em algumas ONG's e na mídia, que ligavam a reivindicação de liberdade de expressão á luta contra a corrupção. Um pequeno grupo de jornalistas foi gradualmente radicalizando seus artigos até criticar nominalmente alguns dos governantes mais proeminentes. Talvez por se tratar de um pequeno círculo sem laços organizados, as autoridades acreditaram que se encontravam isolados e abriu processos contra eles, chegando a realizar algumas detenções. A impopularidade interna e as pressões externas que tais medidas repressivas geraram, fizeram o regime recuar e, a partir de então, voltou-se paulatinamente ás liberdades de 1991/92.

Durante a campanha eleitoral de 1992, uma proposta foi apresentada ao ministério da Informação no sentido de se criar um Conselho da comunicação social que garantisse a imparcialidade da mídia estatal e acesso a ela de todas as grandes correntes de opinião, medida necessária pela ausência de meios para uma mídia privada do mesmo gabarito.

A proposta ficou sem andamento e só anos depois foi possível lançar alguns periódicos privados modestos e, sobretudo, reapareceu a Rádio Ecclesia, da Igreja Católica, com grande impacto na capital.

Todos estas movimentações demonstram uma vez mais na História de Angola, a energia que foi colocada na busca de veículos de comunicação social, fazendo aparecer novas figuras do porte dos jornalistas do fim do século XIX e começo do XX.

A nível económico, a liberalização dos preços e o fim dos monopólios estatais sobre os bens de consumo primário, aumentou consideravelmente a oferta nos mercados e lojas, mas a ausência de regulação, a fragilidade da moeda nacional e a inflação a três dígitos, permitem especulação e remuneram mais o comércio de bens importados com sobre- facturamento em divisas. Como resultado, são insuficientes os estímulos á produção interna, base da recuperação do agro-alimentar - absolutamente decisivo para um modelo de desenvolvimento democrático num país como Angola.

“As importações totais (mercadorias e serviços) representam em média durante a década de noventa 81,2% do Produto Interno Bruto, cifra que expressa bem o processo de substituição da produção interna de bens e serviços ocorrido depois da independência. (...) as importações totais suplantam as exportações em cerca de 19% em média no período considerado. ” (Rocha, 2001)

Isto acontece apesar dos sucessivos aumentos da produção petrolífera que, em 2003, situa-se em cerca de 750.000 barris por dia, sujeita ás flutuações de um produto onde os preços são fixados de forma super-sensível a dados do mercado e da política mundial. De qualquer forma, o petróleo prosseguiu a sua função de financiamento do aparelho civil e militar do Estado, das importações e, em certos casos, de garantia de crédito externo.

Nos diamantes, a vitória militar do governo acabou com a extracção paralela da UNITA, mas mantêm-se níveis elevados de garimpo, embora a produção formal esteja em subida se comparada com os anos 80 do século passado.

A ajuda humanitária permanece essencial, quase dois anos após o conflito, uma vez mais em virtude da ausência de produção agro-alimentar suficiente. Um mínimo de dois milhões de pessoas, deslocadas de guerra, dependem dela em termos de sobrevivência mínima, uma situação que não é prolongável.

Em Setembro de 2003 o Programa Alimentar Mundial anunciou a alteração de sua filosofia distributivista, passando a priorizar o princípio de “comida pelo trabalho” e abastecimento escolar que beneficiaria até 2005 cerca de 300.000 alunos pobres. Uma alteração capaz de inserir a ajuda numa formula de desenvolvimento sem reprodução de assistencialismo.

As consequências sociais de toda a História Económica de Angola estão sintetizadas no IDH angolano que, na lista de 175 países do ano de 2001, ocupa o lugar 164, detendo um ranking de IDH 32 lugares abaixo do ranking do seu PIB (PNUD, 2001).

6. SOCIEDADE CIVIL E CONCLUSÕES

A resistência á opressão política colonial e pós-colonial, do governo ou da oposição armada; a afirmação de formas de cultura, quer novas quer antigas; as estratégias de sobrevivência económica e a busca de laços de solidariedade a todas os níveis, são indicadores da existência constante de uma área social, definida a partir dos anos 90 em Angola como sociedade civil, mas que existia, sob diversas formas desde há mais de um século.

O debate angolano contemporâneo sobre esta matéria, começou em finais da década de 80, quando mini-grupos de intelectuais começaram a sua abordagem com base em textos de imprensa que conseguiam obter. O colete de forças ideológico oficial não facilitava este tipo de estudo até que, após o encontro de Gbadolite (Congo), onde pela primeira vez o Presidente Eduardo dos Santos encontrou Jonas Savimbi, uma ligeira abertura tornou-nos possível um pequeno artigo no “Jornal de Angola”, focando a sociedade civil em termos teóricos.

Aliás, um dos primeiros passos de elementos mais abertos, ou melhor informados, do próprio regime foi a constituição de pequenas ONG's - após a aparição da ACA.

Em véspera das eleições, a expressão “sociedade civil” era usada profusamente e com os mais diversos significados, embora suas organizações fossem incipientes e, com frequência, cooptadas pelos partidos políticos. A propósito dessa fase elaboramos outro artigo, intitulado “A difícil emergência da sociedade civil”, no semanário “Correio da Semana”.

A evolução da guerra pós eleitoral, os desafios da sobrevivência diária e a própria evolução da reivindicação democrática, deram lugar a um conjunto de iniciativas formais, onde se destacaram:

- surgimento de sindicatos reivindicativos; formação de ONG's nacionais ou forte presença nacional em ONG's internacionais; estabilização de pequenos jornais.

Estas iniciativas foram explicitamente apoiadas pela Igreja Católica que, após sucessivas tomadas de posição pela paz e direitos humanos, inspirou um

movimento (“Pro Pace”) assumindo a liderança nas campanhas com aqueles dois objectivos.

A nível informal passou-se um processo ainda mais extenso quanto ao numero de pessoas envolvidas: o mercado informal ou paralelo e a formidável crítica de rua - às vezes baptizada de “mujimbo”- continuaram a crescer, repercutindo nas organizações formais, empurrando a emergência de uma sociedade civil de “caos criativo”, expressão teórica consagrada na pesquisa em ciências sociais, principalmente sobre o bloco classificado pela ONU como “Países Menos Avançados” (PMA), dos quais Angola faz parte.

A partir daí, estudos mais fundamentados começaram a ser feitos por pesquisadores angolanos.

Nelson Pestana, que desempenhou um papel-chave na constituição do “Archote”, ACA e FpD, elaborou um texto (Pestana, 2002) onde sublinha que :

“Para os actores da sociedade civil angolana que se esforçam pela construção de uma identidade e de uma legitimidade, a sociedade civil caracteriza-se sobretudo pela sua independência em relação ao poder e pela sua participação na gestão da coisa pública sem visar alcançar o poder político, ou seja, pela sua capacidade de dar corpo a uma cidadania activa, num quadro de democracia participativa cuja expressão espiritual é a comunidade ética republicana e o substracto material, o desenvolvimento sustentado. Nesse sentido Maria da Imaculada Melo, presidente da ACA, defende que ‘a característica intrínseca da sociedade civil é o discurso moral que, no caso angolano, toma aspecto particular, na medida em que a corrupção é endémica’ . Na sua opinião, a ‘sociedade civil não tem que ser força da oposição mas procurar as melhores parcerias (incluindo o partido no poder) desde que tragam a mudança, isto é desenvolvimento, melhorias das condições de vida das populações.’” (ibidem).

Cesaltina Abreu, partindo da mesma base teórica de Pestana (Habermas, Cohen e Arato) a que acrescenta Castells, considera que:

“No que se refere a Angola, todas as análises convergem no sentido de reconhecer que, em 2002, foi ultrapassado um dos grandes obstáculos ao seu desenvolvimento, a guerra, quer pelos seus efeitos directos - os recursos humanos, financeiros e materiais que mobilizava e as consequências desastrosas no tecido social e sócio-productivo - quer pelos indirectos, proporcionando as justificativas para a incompetência e a corrupção, que se tornaram características distintivas do (des) governo de Angola, e pela paralisação social que a sua existência impunha” (Abreu, 2003) tirando a conclusão de que Angola “tem todas as condições para alcançar uma maior projecção na região austral do continente africano, no Atlântico Sul e na arena internacional, desde que sejam tomadas medidas que assegurem a democratização da sociedade” e que descartada “que parece estar a hipótese de uma ‘homogeneização’ protagonizada pelo projecto de modernidade, em resultado da expressão e desenvolvimento do sistema capitalista, restam as formas de apropriação mais ou menos selectivas, produzindo hibridações”(Abreu, 2003).

Estamos aqui perante dois exemplos de formulação de pensamento, que procuram articular diversas componentes: a paz como requisito prévio, a democracia e o desenvolvimento como metas a alcançar. Portanto, os três componentes que mais têm acusado déficit na vida angolana desde sempre.

É a articulação entre eles que define um processo de desenvolvimento democrático, correspondente à formulação de Amartya Sen de “desenvolvimento como liberdade” e que, na prática, estabelece importante diferença com relação a processos de democratização política sem desenvolvimento (que por vezes ocorrem até em PMA's) ou de desenvolvimento das forças produtivas sem democratização (longos períodos de modelos asiáticos, por exemplo).

Nesse sentido, o estudo do caso angolano permite tirar algumas conclusões.

Antes de mais - e como em qualquer parte do mundo ou momento histórico - a pressão social é factor decisivo, na medida em que as classe políticas só funcionam em bases de correlação de forças. Além dos franco atiradores e do grupo informal, Angola acrescenta agora entidades mais estáveis, que dão acesso á construção da sociedade civil, voltada para a reivindicação conjugada daqueles três componentes. O papel da mídia, a luta pela sua criação e pela sua liberdade, tem sido proporcional á luta pelo poder e pela fixação de espaços sociais de afirmação. Por outro lado, o Estado e o mercado têm se manifestado em simultâneo - formal ou informalmente - mesmo nos momentos em que um parece assumir-se como hegemónico. Ambos são arena de confronto permanente na luta pelo controle dos recursos e, por essa razão, os principais movimentos políticos do país não se concebem a eles próprios sem presença de alto relevo em ambos, motivo que determinou o prolongamento da guerra.

A solução desta, bem como o alargamento das liberdades democráticas, não decorreram do equilíbrio entre beligerantes mas do desequilíbrio total representado pela vitória militar do governo, somado ás reivindicações da sociedade civil e á alteração da conjuntura mundial em matéria de direitos humanos e de ética.

Enfim, podemos constatar quatro breves momentos de clima democrático em Angola no período focado neste trabalho.

Primeiro, no final da monarquia portuguesa até aos primeiros anos da República, com a antiga instituição envelhecida e a nova ainda sem firmeza.

Segundo, a transição para a Independência, quando o regime português fazia as malas e ainda não havia regime angolano.

Terceiro, o período entre o Acordo de Bicesse e as eleições de 1992, marcado pela incerteza de quem seria e como seria, o poder.

Quarto, dois ou três anos antes do começo do milênio, como resultado da evidencia de colapso do modelo sócio-económico, das pressões sociais e do fim da guerra.

Portanto, tratou-se sempre de momentos em que se produziu exaustão do aparelho de Estado, aproveitados pelos partidários da democratização que, no entanto, nunca revelaram força suficiente para influenciarem os centros de decisão. Os momentos seguintes foram, também de forma constante, marcados pela redistribuição de funções e benefícios no controle dos recursos.

No momento presente - o quarto - vários cenários são possíveis mas todos eles apontam para a continuidade da busca de um modelo de “desenvolvimento democrático”(com esta ou outra designação), suscitando inevitáveis pressões populares e um jogo de alianças que, para a sociedade civil, continuará obedecendo aos mesmo parâmetros referidos por Maria da Imaculada Melo, citado por Pestana.

Os imponderáveis permanecem em escala elevada, o que funciona como um alerta poderoso em relação a eventuais reversões do processo, que pode ocorrer não apenas quanto aos fins em si, mas também em relação aos meios, por exemplo, com outras formas de violência.

30.09.2003

BIBLIOGRAFIA

1. Textos do Autor utilizados nesta comunicação:

Livro individual:

“Angola a Fogo Intenso” - Ed. Cotovia, Lisboa, 1991

Capítulos em livros:

- “As Ciências Sociais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe” -in “Ciências Sociais em África” Codesria - Dakar, 1992
- “L’autoritarisme en zone de Caos - in “Les avatars de l’État en Afrique”- Khatala - Paris, 1995
- “Relações Económicas e Cooperação na CPLP” - in “CPLP, solidariedade e ação política” - IBRI - Brasília, 2001

Relatórios de Pesquisa:

- “Esboço de sócio-economia africana” - Luanda 1991
- “Paralelo ou Informal - a Economia da Sobrevivência” - Luanda , 1992
- “Ensaio sobre a Economia de Angola “ - 1999

Artigos:

- “A incerta caminhada de Angola para o Desenvolvimento Democrático” - in “Conjuntura Internacional” - Rio de Janeiro, 05/1999
- “Políticas Públicas em Angola “ - in “Angolense” - Luanda, 11/2002

Dissertações:

- “L’insurrection du Nord de l’Angola en 1961” - EHESS, Paris, 1969
- “Le développement du capitalisme colonial en Angola “ - IDEP, Dakar, 1973
- “Economics and politics of the angolan conflict” - UCT , Cape Town , 1996

2. Bibliografia Geral

- Alencastro, Luís Filipe - “O Trato dos viventes”- Companhia das Letras - Rio de Janeiro, 2001
- Abreu, Cesaltina - “A África Austral e a Globalização” - Repto, Luanda, 2002
- Araújo, Kelly Cristina Oliveira - “Buanga Felé ou Mário Pinto de Andrade - entre a vanguarda militante e o pensar intelectual “ - Repto, USP, São Paulo, 2003-10-01
- Bittencourt, Marcelo - “Dos Jornais ás armas- trajetórias da contestação angolana”- Vega, Lisboa, 1999

- Coelho, Sebastião - “Angola - História e estórias da Informação” - Executive center - Luanda, 1999
- Davezies, Robert - “Les Angolais” - citado de memória - Paris, 1968
- Darnton, Robert & Duhamel, Olivier - “Democracia”- Record - Rio de Janeiro, 2001
- Depestre, René - artigo citado de memória in “Courier de l’UNESCO” special Caribe - Paris, 1974
- Ervedosa, Carlos - “Roteiro da Literatura Angolana” - UEA - Luanda, 1980
- Ferreira, Eugénio - “Feiras e Presídios, Ensaio de interpretação materialista da História de Angola” - Ed do Autor, Luanda, 1960
- Furtado, Celso - “Teoria e política do desenvolvimento económico “ - Paz e Terra - 10ª. edição - Rio de Janeiro, 2000
- Martins, José de Souza - “O poder do atraso- Ensaio de sociologia da História Lenta” - HUCITEC - 2ª. edição - São Paulo, 1999
- PNUD - “Relatório do desenvolvimento humano”- 2002
- PNUD - “Relatório do desenvolvimento humano-Angola” - 1997
- Pestana, Nelson - “As dinâmicas da sociedade civil em Angola “ - Occasional Paper, ICSTE, Lisboa, 2002
- Reis, Eliana Lourenço de Lima - “Pós-colonialismo, Identidade e Mestiçagem Cultural- a literatura de Wole Soyinka” - Relume Dumará - Rio de Janeiro, 1999
- Rocha, Alves - “Os limites do crescimento económico de Angola” - LAC/Executive center - Luanda, 2001
- Sen, Amartya - “Desenvolvimento como liberdade”- Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2000